TRIBUNAL DE JUSTIÇA

10ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL nº 0015339-27.2010.8.19.0007

Apelante: ESTADO DO RIO DE JANEIRO (réu)

Apelado: SÉRGIO FRANCISCO DE ASSIS (autor)

Ação indenizatória

Relator Desembargador PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS

Apelação Cível. Indenizatória. Abuso de poder perpetrado por policiais militares. Autor que foi indevidamente preso e algemado, tendo a abordagem policial excedido os limites da lei e da razoabilidade. Depoimentos testemunhais que corroboram as alegações autorais de agressão e excesso no cumprimento do dever policial. Responsabilidade do Estado. Violação da liberdade e da dignidade da pessoa humana, bens tutelados constitucionalmente. Dano moral configurado. Quantum indenizatório corretamente fixado em R\$ 30.000,00, que se mostra justo e adequado, atendendo aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade. Verba honorária devidamente arbitrada, em consonância com o disposto no art. 20, § 4º do CPC. Reforma parcial da sentença apenas com relação aos juros moratórios, devendo ser aplicado o art. 1º -F da Lei 9.494/97, contudo, em sua redação originária, considerando a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 5º da Lei n.º 11.960/2009 pelo STF, no julgamento da ADI 4425/DF. Precedentes do TJRJ e STF. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO ART. 557, § 1º -A, DO CPC.

DECISÃO DO RELATOR

1. Trata-se de apelação cível interposta contra sentença de parcial procedência prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Barra Mansa, em ação indenizatória, proposta por **SÉRGIO FRANCISCO DE ASSIS**, em face do **Estado do Rio de Janeiro**, em que pretende o pagamento de indenização por danos morais, em razão de abuso de poder perpetrado por policias militares.

2. Sustenta a parte autora que foi injustamente preso em sua residência por equívoco de policias militares que o agrediram, humilharam e algemaram na frente de seus vizinhos, sem que existisse motivo, sem que estivesse em situação de flagrante delito ou resistência à prisão e sem que existisse mandado de prisão.

3. O pedido foi julgado parcialmente procedente, para condenar o Estado réu ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 30.000,00, corrigidos

monetariamente pelo índice estabelecido pela Corregedoria do Estado do RJ e com juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da sentença.

4. Por fim, condenou o Estado réu ao pagamento da honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação.

5. Inconformado, o réu apela às fls. 121/143, alegando, em síntese, a inexistência de conduta antijurídica do ente público, tendo os agentes públicos agido em cumprimento do seu dever legal e sustentando a configuração de fato exclusivo de terceiro, por ter a suposta vítima do crime imputado ao autor prestado informações inverídicas em sede policial.

6. Aduz, alternativamente, a exorbitância do *quantum* arbitrado a título de danos morais, bem como requer a redução dos honorários advocatícios.

7. Por fim, sustenta que nas condenações impostas à Fazenda deve haver incidência dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de

poupança, e não juros de 0,5% ao mês, devendo o índice de remuneração da poupança substituir tanto os juros de mora quanto a correção monetária.

8. Contrarrazões da parte autora apelada às fls. 149/155.
9. Os autos vieram conclusos em 19/08/2014, sendo devolvidos nesta data, com esta decisão.

É o relatório. Passo a decidir.

1. Cinge-se a controvérsia na apuração da responsabilidade do Estado em reparar os danos sofridos pelo autor em razão da sua prisão indevida.
2. Do exame dos autos, verifico que merece pequena reforma a sentença, apenas no que tange à aplicação dos juros moratórios.

3. Não há dúvidas quanto à irregularidade na prisão do autor, tampouco quanto à responsabilidade do Estado réu pela conduta ineficiente da PMERJ que agiu fora dos limites legais e da razoabilidade, em flagrante excesso de poder, humilhando e expondo o autor na frente de seus vizinhos, sem que tivesse mandado de prisão ou estivesse em situação de flagrante, violando o domicílio do autor e vasculhando seus pertences e computador, violando ainda sua intimidade, sem que existisse a ordem da autoridade competente.

4. Verificam-se que as alegações da parte autora são coerentes e sem contradições, com as quais corroboram os depoimentos das testemunhas que presenciaram a violenta abordagem policial, não tendo o Estado réu apresentado nenhum elemento probatório capaz de sustentar suas alegações, ressaltando que o ente estatal sequer requereu a oitiva dos policiais que participaram do ocorrido, os quais poderiam apresentar outra versão.

5. Ademais, verificam-se contradições no depoimento da menor, que num dado momento afirma que não estava na escola porque ficou brincando na casa de uma amiga

(“Cassiani”, que seria filha do suposto autor do fato, sendo certo que o autor não tem filhos e mora com a mãe) e em outro momento afirma que ficou na casa do suposto autor do fato, apenas sentada numa cadeira, sem mencionar a existência de qualquer conduta violenta praticada por ele, nada justificando a abordagem ilegal e violenta praticada pelos Policias Militares.

6. Assim, verifica-se claramente a responsabilidade do Estado pelo abuso de poder praticado por seus agentes, que antes de se utilizarem de uma abordagem ilegal e violenta, deveriam realizar a apuração necessária, já que não havia estado de flagrância tampouco prova de que o autor tenha resistido à prisão, não havendo justificativa para a atitude violenta e o uso de algemas.

7. Convém registrar que a utilização de algemas foi desarrazoada e em desconformidade com a Súmula Vinculante n.º 11, do STF. Confira-se:

“Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado”.

8. Por sua vez, o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas, ratificado pelo Poder Executivo por intermédio do Decreto n.º 592, de 06/07/1992, dispõe no art. 9, incisos 1 e 5:

“1. Toda pessoa tem à liberdade e a segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos.

5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou encarceramento ilegais terá direito à reparação”.

9. Demonstrado, pois, o constrangimento ilegal a ensejar a responsabilização do Estado quanto aos danos suportados por SÉRGIO FRANCISCO DE ASSIS, na forma do art. 37, § 6.º, da Constituição da República.

10. No que diz respeito ao *quantum* arbitrado a título de dano moral, sem razão o Estado réu, haja vista que a situação vivenciada pelo autor foi de extrema gravidade e humilhação, em razão da ilegalidade praticada por aqueles que deveriam

resguardar a sua segurança, integridade física e demais bens jurídicos constitucionalmente garantidos.

11. Assim, verificados o dano, a conduta, e delineado o nexo causal, resta apreciar a questão do quantum indenizatório.

12. Nesse aspecto, a jurisprudência atual tem entendido que ao magistrado compete, adotando critérios de prudência e bom senso, estimar a reparação do dano moral levando em consideração que a importância arbitrada representa um valor simbólico. E este valor simbólico tem por objetivo não o pagamento do dano, já que os direitos da personalidade e, em última análise, a dignidade da pessoa, não têm preço, mas a compensação moral, a reparação satisfativa devida pelo ofensor ao ofendido.

13. Face o exposto, o **quantum** indenizatório arbitrado **(R\$ 30.000,00)**, se revela justo e adequado, e obedece aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, estando em conformidade dos parâmetros de fixação desta Corte, considerando as peculiaridades do caso.

14. Corroborando todo o exposto:

0290914-41.2011.8.19.0001 - APELACAO / REEXAME NECESSARIO - DECIMA QUINTA CAMARA CIVEL - "INDENIZATÓRIA. PRISÃO. AGRESSÕES FÍSICAS PERPETRADAS POR POLICIAIS. DANO DE NATUREZA MORAL. Indenizatória pela qual o autor alegou que foi denunciado pelo MP por suposta violação ao art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Afirmou que a denúncia relata fatos que não correspondem à verdade, já que nunca teve envolvimento com drogas. Na verdade, o crime foi forjado por policiais, os quais lhe espancaram, quase o levando a óbito, além de ameaçá-lo. Narrou, ainda, que permaneceu preso por oito meses, e que somente em juízo o absurdo episódio foi esclarecido. O pleito indenizatório não é baseado em erro judiciário, mas sim nas agressões e ameaças perpetradas pelos policiais que "forjaram" o flagrante, inclusive porque a sentença penal é absolutória. A conduta ilegal imputada aos policiais restou bem delineada pela sentença criminal, eis que oriunda de notitia criminis ofertada por desafetos do autor. Também merece destaque as agressões físicas sofridas pelo autor e perpetradas pelos policiais com a conivência do perito que, ao proceder ao exame de corpo de delito, nada constatou. Portanto, o autor teve seus direitos individuais transgredidos, tendo sido preso por oito meses e agredido por agentes públicos. O dano moral derivou dos fatos ofensivos vividos pelo autor. Quantum indenizatório corretamente fixado. Recurso desprovido, nos termos do voto do Desembargador Relator."

0219980-92.2010.8.19.0001 - APELACAO - SEXTA CAMARA CIVEL - APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. PRISÃO ILEGAL. ERRO JUDICIÁRIO

DANOS MORAIS. AUTOR BENEFICIADO POR SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA POR PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. ENCARCERAMENTO INDEVIDO PELO PERÍODO DE QUATRO MESES, APÓS 10 ANOS DA DETERMINAÇÃO DE SOLTURA. FATOS COMPROVADOS NOS AUTOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO. VERBA, ARBITRADA PELA SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU, QUE SE MOSTRA ADEQUADA. NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS.

15. No que toca aos honorários sucumbenciais, de melhor sorte não se socorre o estado réu, considerando a complexidade da causa, o cuidado do profissional que atuou no patrocínio do autor e o tempo despendido, não se tratando de demanda repetitiva, estando o percentual de 10% em perfeita observância ao disposto no art. 20, § 4º do CPC.

16. Outrossim, merece pequena reforma a sentença no tocante aos juros moratórios, devendo ser aplicado o art. 1º -F da Lei 9.494/97, contudo, em sua redação originária, considerando a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do artigo 5º da Lei n.º 11.960/2009 pelo STF, no julgamento da ADI 4425/DF, mantendo-se a correção monetária na forma estabelecida na sentença do juízo de 1º grau.

17. Assim, diante do exposto, **DOU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO**, reformando-se a sentença somente para que sejam os juros moratórios aplicados em conformidade com a redação original do art. 1º -F da Lei 9.494/97, antes da Lei 11.960/09 que lhe havia dado nova redação, na forma disposta nesse *decisum*, o que faço com fulcro no artigo 557, §1ª-A do CPC.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2014.

Desembargador **PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS**
Relator